

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

PROVA ESCRITA OBJETIVA

Profissional de Apoio Administrativo - perfil Analista de Recursos Humanos

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno de questões contém 50 questões de múltipla escolha, constituídas de 5 alternativas, das quais somente uma deve ser assinalada no cartão resposta.
Quando autorizado, folheie o caderno de questões e, caso haja algum problema, informe ao fiscal de sala.
2. Confira as informações no cartão resposta, especialmente os seus dados pessoais e o cargo público/perfil para qual está concorrendo. Leia atentamente as instruções. O cartão resposta deve ser assinado e não deve ser dobrado, amassado ou rasurado.
3. Ao transferir as respostas para o cartão resposta, marque com caneta de tinta de cor preta a letra correspondente à alternativa escolhida. A troca do cartão não será permitida em caso de marcação incorreta.
4. Durante a prova, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.
5. A saída definitiva da sala de prova só será permitida após decorridas **2 horas** do início da prova (conforme o horário registrado na sala) e após a entrega obrigatória ao fiscal de sala:
 - do seu cartão resposta personalizado;
 - do seu caderno de questões, completo.O candidato deverá sair levando consigo somente o material fornecido pela FUNCCAMP para conferência da prova escrita objetiva realizada (rascunho de gabarito).
6. Não é permitido levar o caderno de questões. Após a entrega do caderno de questões e do cartão resposta, recolha seus objetos, deixe a sala de prova e, em seguida, o prédio. As proibições e orientações permanecem válidas até a saída completa do local de prova.
7. Os três últimos candidatos em cada sala devem permanecer até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo e saindo juntos da sala.
8. As informações/instruções dadas no dia da prova complementam o edital.
9. Um exemplar do caderno de questões da prova escrita objetiva estará disponível no site FUNCCAMP (www.concursosfuncamp.com.br) e na Área do Candidato, o link "Anexos", a partir das 16 horas do primeiro dia útil após a realização da prova.

Duração total da prova, incluindo transcrição do cartão resposta: QUATRO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

Conhecimentos Específicos

Questão 01

O filho de Zuleide, que iniciou o trabalho recentemente, fez uma indagação a sua mãe que conhece sobre encargos patronais da folha de pagamento. Ele perguntou o que era "cota patronal"? Sobre os encargos patronais da folha de pagamento, assinale a alternativa que apresenta a definição de cota patronal.

- (A) A cota patronal é a contribuição paga pelo empregador ao INSS para financiar a Previdência Social, correspondendo a um percentual sobre a folha de pagamento dos empregados.
- (B) A cota patronal é uma contribuição opcional, que o empregador só paga se desejar oferecer previdência privada aos seus empregados.
- (C) A cota patronal é uma taxa fixa que todas as empresas pagam, independentemente do número de funcionários ou do valor da folha de pagamento.
- (D) A cota patronal é um benefício pago aos empregados como parte de um programa de incentivo da empresa.
- (E) A cota patronal é um desconto feito diretamente no salário do empregado para financiar a Previdência Social.

Questão 02

Marcelo, um servidor público e Cláudia, uma funcionária de uma empresa privada, enfrentam situações distintas relacionadas a férias, licenças e afastamentos. Ambos buscam entender seus direitos, mas as regras variam dependendo do regime de contratação. Analise as afirmações abaixo entre Verdadeiras (V) ou Falsas (F) sobre férias, licenças e afastamentos para funcionários estatutários e celetistas:

() No regime celetista, o trabalhador pode dividir suas férias em até três períodos, desde que um deles tenha no mínimo 14 dias corridos.

() No serviço público, servidores podem tirar férias a qualquer momento, independentemente da autorização da administração.

() O trabalhador celetista pode converter 1/3 de suas férias em abono pecuniário, recebendo o valor correspondente em dinheiro.

() Empregados celetistas podem acumular férias por mais de dois anos sem prejuízo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, V, V.
- (E) F, F, F, F.

Questão 03

Em uma empresa de consultoria, o gerente do setor de pessoal enfrenta desafios para compreender as nuances das modalidades de contratação previstas na CLT, com especial ênfase no regime de trabalho descontínuo. Diante da decisão estratégica da empresa de implementar essa forma de contratação para demandas específicas, o gerente necessita determinar qual das seguintes alternativas reflete com precisão os direitos trabalhistas e a estrutura de remuneração para o trabalhador, considerando aspectos como salário proporcional, férias proporcionais, 13º salário, FGTS, entre outros.

Qual alternativa descreve corretamente a situação do trabalhador que é convocado conforme a necessidade e recebe pagamento proporcional ao período efetivamente trabalhado?

- (A) Trabalho intermitente.
- (B) Trabalho comissionado.
- (C) Trabalho programado.
- (D) Trabalho particular.
- (E) Trabalho sequenciado.

Questão 04

Mariana é gerente de recursos humanos de uma indústria e está calculando os encargos da folha de pagamento. Ao revisar as contribuições previdenciárias, ela precisa calcular o Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que é uma obrigação patronal destinada à cobertura de acidentes e doenças ocupacionais. Como a empresa possui diferentes setores com níveis variados de risco, Mariana deve entender como funciona o cálculo do SAT para evitar erros e garantir a conformidade com a legislação. Assinale a alternativa correta sobre o Seguro de Acidente de Trabalho (SAT).

- (A) O cálculo do SAT considera apenas o salário base dos funcionários, sem incluir adicionais como horas extras e gratificações.
- (B) O SAT é uma contribuição opcional para as empresas e pode ser recolhido apenas se houver registro de acidente de trabalho durante o ano fiscal.
- (C) A alíquota do SAT varia conforme o grau de risco da atividade: 1% para risco leve, 2% para risco médio e 3% para risco grave, podendo ser ajustada pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP).
- (D) O SAT possui uma alíquota fixa de 2% sobre a folha de pagamento, independentemente do grau de risco da atividade exercida pela empresa.
- (E) Empresas que implementam programas de segurança no trabalho estão isentas do recolhimento do SAT, independentemente do setor de atuação.

Questão 05

Thiago e Marcelo são colaboradores de uma unidade da empresa Matrix. Eles sabem que os direitos relacionados a férias, licenças e afastamentos são fundamentais para a proteção da saúde e bem-estar dos trabalhadores. Analise os itens abaixo e os correspondentes conceitos:

I.Férias: Permissões concedidas ao trabalhador para se afastar temporariamente do serviço sem que haja necessariamente a perda do vínculo empregatício. Algumas licenças são remuneradas, enquanto outras podem ser sem vencimentos.

II.Licenças: Período anual de descanso remunerado garantido ao trabalhador após um período mínimo de trabalho. Pode ser fracionado ou concedido de forma integral, dependendo da legislação aplicável.

III.Afastamentos: Situações que impedem temporariamente o exercício das funções, podendo ser motivadas por questões de saúde, acidente de trabalho ou outras circunstâncias previstas na legislação.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas o item II está correto.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas o item I está correto.

Questão 06

Em 2025, o Município de Vale Azul elaborou sua execução orçamentária, enfrentando desafios na contabilização adequada de despesas com pessoal para cumprir as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Sobre a contabilização da folha de pagamento, 13º salário e férias no setor público, analise as afirmativas a seguir:

I.A apropriação do 13º salário deve ser registrada mensalmente como despesa de pessoal, com contrapartida em uma conta de passivo circulante, refletindo a obrigação acumulada ao longo do exercício, conforme o princípio da competência.

II.As férias vencidas de servidores públicos, ainda não gozadas, devem ser provisionadas como despesa orçamentária no momento do pagamento, com registro simultâneo no orçamento do exercício seguinte, para garantir a disponibilidade financeira.

III.O pagamento da folha de pagamento, incluindo encargos sociais, é classificado como despesa de custeio na categoria econômica "Despesas Correntes", sendo registrado no grupo de natureza de despesa 3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II apenas.
- (D) I apenas.
- (E) I e III apenas.

Questão 07

Lucas é contador em uma empresa de médio porte e está fechando a folha de pagamento do mês. Ao calcular os encargos trabalhistas, ele precisa recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para todos os empregados. A empresa possui funcionários em diferentes regimes de contratação, incluindo celetistas e estagiários. Para realizar o recolhimento correto, Lucas deve entender como o FGTS é calculado, quais remunerações entram na base de cálculo e as situações em que o recolhimento é obrigatório.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço):

- (A) O depósito do FGTS é feito mensalmente na conta vinculada do trabalhador e pode ser utilizado para aquisição da casa própria, aposentadoria ou em caso de demissão sem justa causa.
- (B) A alíquota do FGTS varia conforme o tempo de serviço do empregado, começando em 4% e podendo chegar a 12% após cinco anos de trabalho na mesma empresa.
- (C) Funcionários contratados sob o regime de contrato de experiência não têm direito ao recolhimento do FGTS até a efetivação no cargo.
- (D) A alíquota do FGTS é de 8% sobre o salário bruto do empregado, incluindo adicionais de insalubridade, periculosidade e horas extras, mas excluindo o 13º salário.
- (E) O FGTS deve ser recolhido para todos os empregados, incluindo estagiários e trabalhadores autônomos, independentemente do regime de contratação.

Questão 08

À luz dos fundamentos legais e constitucionais que disciplinam o pagamento do décimo terceiro salário, avalie as proposições a seguir, considerando a amplitude dos sujeitos beneficiários, os prazos legais para o adimplemento das parcelas e os critérios de proporcionalidade aplicáveis em contratos de curta duração. Analise qual ou quais das alternativas abaixo correspondem a afirmativas compatíveis com a legislação trabalhista em vigor:

I.O décimo terceiro salário constitui um direito social de natureza constitucional, estendido a todos os trabalhadores regidos pela CLT, incluindo empregados urbanos, rurais, avulsos e domésticos, independentemente do regime de contratação.

II.De acordo com a legislação vigente, a primeira parcela do décimo terceiro salário deve ser quitada impreterivelmente até o dia 30 de novembro, ao passo que a segunda deve ser paga até 20 de dezembro, observadas as hipóteses legais de antecipação.

III.O empregado que não completar 12 meses de vínculo empregatício no ano-calendário terá direito ao décimo terceiro salário calculado proporcionalmente ao número de meses efetivamente trabalhados, desde que o vínculo tenha superado 15 dias em pelo menos um mês.

É correto o que se afirma em:

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas o item I está correto.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 09

A jornada de trabalho para colaboradores corresponde ao período diário em que o trabalhador presta serviços ao empregador, sendo regulada de forma distinta para servidores estatutários e trabalhadores celetistas. Assinale a alternativa correta sobre o controle de frequência de trabalhador estatutário.

- (A) Todos os servidores públicos devem obrigatoriamente registrar ponto eletrônico, sem exceção, independentemente da função exercida.
- (B) Os servidores estatutários têm total liberdade para definir seus horários de trabalho, sem necessidade de comprovar presença ou registrar frequência.
- (C) O controle de frequência do trabalhador estatutário segue obrigatoriamente as regras da CLT, exigindo registro eletrônico de ponto para todos os servidores públicos.
- (D) O controle de frequência é determinado pelo estatuto de cada instituição pública, podendo ser registro de ponto eletrônico, folha de ponto ou sistemas internos.
- (E) Servidores estatutários não precisam registrar frequência, pois sua remuneração é fixa e independente da carga horária cumprida.

Questão 10

A portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. A respeito dessa portaria assinale a alternativa correta.

- (A) A portaria permite que empresas estrangeiras contratem trabalhadores brasileiros para atuarem no exterior, desde que autorizadas previamente.
- (B) O contrato de trabalho intermitente foi proibido pela portaria, visando à proteção dos direitos dos trabalhadores.
- (C) A portaria estabelece que a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) deve ser emitida exclusivamente em formato físico.
- (D) A jornada de trabalho aos domingos e feriados foi totalmente proibida pela portaria, sem exceções.
- (E) A portaria extinguiu a obrigatoriedade do registro de empregados e das anotações na CTPS.

Questão 11

Sobre licenças remuneradas para funcionários estatutários e celetistas, assinale com (V) as afirmativas verdadeiras e com (F) as falsas.

() Licença-maternidade: 120 dias para celetistas e até 180 dias para servidoras públicas, conforme adesão ao Programa Empresa Cidadã.

() Licença-paternidade: 5 dias para celetistas, podendo chegar a 20 dias em empresas que aderem ao Programa Empresa Cidadã; no setor público, o prazo pode variar conforme o estatuto.

() Licença para tratamento de saúde: Garantida ao servidor público mediante comprovação médica e avaliação pericial. No regime celetista, há afastamento pelo INSS a partir do 16º dia de incapacidade.

() Licença para exercício de mandato classista: No serviço público, servidores podem se afastar para atuar em sindicatos sem prejuízo da remuneração.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.
- (E) F, F, V, V.

Questão 12

David é responsável pela elaboração da folha de pagamento em uma empresa com 120 funcionários. Durante o fechamento do mês, ele se depara com diferentes situações, como faltas não justificadas, atrasos, descontos de vale-transporte e uma ordem judicial para desconto de pensão alimentícia. Para garantir que todos os cálculos sejam realizados corretamente, ele precisa considerar os recolhimentos legais e demais descontos obrigatórios.

Com base na situação descrita, assinale a alternativa que apresenta a forma correta de calcular os proventos e descontos na folha de pagamento:

- (A) As faltas não justificadas devem ser descontadas apenas do salário base, sem afetar o cálculo do FGTS e do 13º salário.
- (B) As decisões judiciais que determinam descontos na folha de pagamento, como pensão alimentícia, não precisam ser discriminadas no holerite, desde que o valor total seja correto.
- (C) Os atrasos devem ser descontados proporcionalmente ao valor da hora trabalhada e podem impactar o cálculo de benefícios como vale-refeição e vale-alimentação.
- (D) O vale-transporte pode ser descontado em até 6% do salário bruto, independentemente da quantidade de dias trabalhados no mês.
- (E) O desconto de pensão alimentícia é aplicado sobre o salário líquido, após todos os outros descontos, conforme determinação judicial.

Questão 13

O eSocial tem como principal objetivo simplificar e centralizar o envio de dados trabalhistas, previdenciários e fiscais das empresas, reduzindo a burocracia e aumentando a transparência e fiscalização. Analise as afirmações abaixo sobre o eSocial Escrituração Digital das Obrigações Trabalhistas:

I.O eSocial exige que as empresas informem os dados sobre a jornada de trabalho, salários e condições de saúde e segurança dos trabalhadores, visando garantir o cumprimento das normas trabalhistas.

II.O envio de dados ao eSocial é obrigatório apenas para empresas com mais de 100 empregados, ficando as empresas de menor porte desobrigadas dessa obrigação.

III.A escrituração digital das obrigações trabalhistas por meio do eSocial substitui o envio de documentos como a RAIS, CAGED e a GFIP.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item II está correto.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

Questão 14

A extinção do contrato de trabalho pode ocorrer por diversos motivos, cada um com regras específicas para direitos rescisórios. Assinale a alternativa correta sobre aviso prévio.

- (A) No pedido de demissão, o empregador é obrigado a indenizar o trabalhador pelo aviso prévio, mesmo que ele não queira cumprir o período.
- (B) O aviso prévio deve ser trabalhado, sendo proibida sua indenização em qualquer situação.
- (C) Em caso de demissão sem justa causa ou pedido de demissão, o aviso prévio trabalhado ou indenizado sempre será de 30 dias fixos, sem possibilidade de ampliação conforme o tempo de serviço.
- (D) O aviso prévio só pode ser trabalhado, sendo proibida sua indenização em qualquer situação.
- (E) Em caso de demissão por justa causa ou pedido de demissão, pode haver exigência de aviso prévio trabalhado ou indenizado, com período mínimo de 30 dias, podendo ser ampliado conforme o tempo de serviço.

Questão 15

Tanto Gildásio, que é empregado celetista (regidos pela CLT), quanto Lucas que é um servidor público estatutário, possuem regras específicas sobre períodos de descanso, afastamentos remunerados ou não, e licenças previstas na legislação. Assinale a alternativa correta referente a afastamento derivado de licença para tratar de interesses particulares para estatutário.

- (A) O aviso prévio só pode ser trabalhado, sendo proibida sua indenização em qualquer situação.
- (B) No pedido de demissão, o empregador é obrigado a indenizar o trabalhador pelo aviso prévio, mesmo que ele não queira cumprir o período.
- (C) O servidor pode solicitar afastamento sem vencimentos por período determinado, sujeito à aprovação.
- (D) Em caso de demissão sem justa causa ou pedido de demissão, o aviso prévio trabalhado ou indenizado sempre será de 30 dias fixos, sem possibilidade de ampliação conforme o tempo de serviço.
- (E) Em caso de demissão por justa causa ou pedido de demissão, pode haver exigência de aviso prévio trabalhado ou indenizado, com período mínimo de 30 dias, podendo ser ampliado conforme o tempo de serviço.

Questão 16

O setor de Recursos Humanos de uma repartição pública precisa organizar a folha de pagamento dos servidores de forma eficiente. Para isso, o analista de RH foi designado para criar uma planilha no Excel que permita calcular automaticamente os vencimentos dos funcionários, considerando os seguintes elementos:

Colunas essenciais: Nome do servidor, Salário Base, Adicionais (como gratificações e horas extras), Descontos (INSS, IRRF e outras retenções) e Salário Líquido.

Fórmulas básicas: Cálculo automático do salário líquido com base nos valores da planilha.

Formatação condicional: Destacar automaticamente em vermelho os servidores cujo salário líquido seja inferior a um valor específico.

Totalização da folha: Soma geral dos valores para fins contábeis e prestação de contas.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que apresenta corretamente o recurso do Excel que o analista de RH deve utilizar para calcular o Salário Líquido de cada servidor de forma automática:

- (A) Utilizar a fórmula =SOMA(B2:D2).
- (B) Aplicar a função PROCV para calcular o Salário Líquido de cada servidor de forma automática, buscando os descontos em outra aba e combinando com os valores da folha principal.
- (C) Utilizar a fórmula =B2+C2-D2 para calcular o Salário Líquido de cada servidor de forma automática, somando salário base e adicionais e subtraindo os descontos.
- (D) Utilizar a fórmula =SOMA(B2;C2;D2) para calcular o Salário Líquido de cada servidor de forma automática, somando os valores do salário base, adicionais e descontos.
- (E) Empregar a ferramenta de Validação de Dados para calcular o Salário Líquido de cada servidor de forma automática, restringindo os valores inseridos com base em regras personalizadas.

Questão 17

O eSocial é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. Trata-se de um sistema do Governo Federal do Brasil que unifica a entrega de informações relacionadas aos trabalhadores. Analise as afirmações abaixo sobre o eSocial:

I.O eSocial foi criado para unificar a entrega de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, substituindo o envio de várias declarações, como GFIP, CAGED e RAIS.

II.O eSocial é obrigatório apenas para empresas de grande porte, ficando as pequenas e médias empresas dispensadas de sua utilização.

III.O eSocial permite o envio de informações sobre a remuneração dos empregados, dados sobre saúde e segurança no trabalho, e a obrigatoriedade do recolhimento de tributos como o INSS e FGTS.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas o item II está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 18

A Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, trouxe importantes atualizações nas normas trabalhistas, impactando diretamente as relações de trabalho e as obrigações dos empregadores. A respeito dessa portaria assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a portaria, determinadas categorias devem realizar o registro profissional, procedimento esse de caráter compulsório, devendo ser efetuado em estrita conformidade com os parâmetros normativos estabelecidos.
- (B) A portaria permite a prorrogação da jornada de trabalho em atividades insalubres sem necessidade de autorização específica.
- (C) A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi substituída integralmente pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
- (D) A portaria estabelece que o reembolso-creche é opcional para empresas com mais de 30 empregadas.
- (E) O Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico (eLIT) foi abolido pela portaria, retornando ao formato físico.

Questão 19

A gestão da folha de pagamento envolve não apenas o cálculo dos salários, mas também o correto enquadramento de benefícios legais, como o vale-transporte, que possui regras específicas de concessão e desconto. Com base na legislação trabalhista vigente sobre o tema, assinale a alternativa que está de acordo com as normas legais quanto ao desconto do vale-transporte:

- (A) O fornecimento do vale-transporte é opcional e não vinculado à legislação trabalhista, sendo regido exclusivamente por acordos coletivos.
- (B) O desconto do vale-transporte deve incidir sobre o salário bruto, somando-se ao total de encargos sociais mensais.
- (C) O valor do vale-transporte pode ser descontado integralmente do empregado caso ele opte por transporte público intermunicipal.
- (D) O empregador está isento de fornecer o vale-transporte quando o empregado reside próximo ao trabalho, independentemente do meio de locomoção utilizado.
- (E) O empregador pode descontar até 6% do salário base do empregado referente ao vale-transporte, mesmo que o custo real do benefício seja maior.

Questão 20

Roberto atua na contabilidade de uma entidade pública e deve contabilizar corretamente a folha de pagamento, abrangendo o 13º salário e as férias dos funcionários, conforme as diretrizes do MCASP. Ele não tem certeza sobre o período correto para registrar essas despesas. Considerando esse cenário, analise as afirmações entre Verdadeiro (V) ou Falso (F):

(__)As despesas com férias devem ser reconhecidas no momento em que o servidor solicita as férias, e não no momento da sua concessão ou pagamento.

(__)A contabilização da folha de pagamento no setor público deve ocorrer de acordo com o princípio da competência, ou seja, as despesas devem ser apropriadas conforme o mês de competência, e não quando o pagamento é realizado.

(__)O MCASP permite que o pagamento do 13º salário e das férias seja registrado como uma despesa única, sem a necessidade de segregação entre os diferentes tipos de benefícios.

(__)O valor referente ao provisionamento do 13º salário deve ser lançado como uma obrigação a pagar no passivo, até que o pagamento seja efetivamente realizado.

Assinale a sequência correta.

(A) F, F, F, F.

(B) F, F, V, V.

(C) V, V, F, F.

(D) F, V, F, V.

(E) V, V, V, V.

Questão 21

Alfredo é dono de uma pequena empresa e recentemente ouviu falar sobre as mudanças trazidas pela Reforma Trabalhista de 2017, instituída pela Lei nº 13.467. Ele ficou em dúvida sobre como essas alterações impactam a jornada de trabalho, os contratos de seus funcionários e as negociações coletivas. Para tomar decisões alinhadas à legislação, Alfredo decidiu se aprofundar no assunto. Analise as afirmações abaixo entre Verdadeiras (V) ou Falsas (F) sobre a Lei nº 13.467, ajudando Alfredo a compreender melhor as mudanças:

() A Lei nº 13.467/2017 introduziu o trabalho intermitente na CLT, permitindo que o trabalhador seja convocado apenas quando necessário e receba pagamento proporcional ao tempo trabalhado.

() Com a Reforma Trabalhista, o empregador não precisa mais conceder intervalo para descanso em jornadas superiores a 6 horas diárias.

() A nova legislação estabeleceu que o negociado entre empregador e empregado pode prevalecer sobre o legislado em diversos aspectos, como jornada de trabalho e banco de horas, desde que respeitados os direitos essenciais.

() A Reforma Trabalhista extinguiu totalmente a contribuição sindical, tornando seu pagamento proibido.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, F, F, F.
- (E) V, F, V, F.

Questão 22

Lúcio é responsável pela área de recursos humanos em uma empresa de médio porte. Ele recebeu a orientação para atualizar o sistema de folha de pagamento com o novo método de recolhimento do FGTS Digital, que foi implementado para modernizar e facilitar o processo de pagamento do fundo. Lúcio precisa entender como funciona o FGTS Digital, quais são suas obrigações acessórias, e quais as etapas para realizar a regularização da empresa no sistema. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta sobre o FGTS Digital.

- (A) A implementação do FGTS Digital é opcional para empresas do Simples Nacional, podendo essas escolher entre o método tradicional de recolhimento ou o digital.
- (B) O FGTS Digital simplifica o processo de recolhimento do fundo de garantia, permitindo que o pagamento seja feito por meio de DAE (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), com a integração direta ao eSocial.
- (C) O FGTS Digital é obrigatório somente para empresas de grande porte, e as pequenas e médias empresas devem continuar com o sistema antigo de recolhimento do FGTS.
- (D) O FGTS Digital foi implementado para substituir a contribuição previdenciária, sendo que agora o pagamento do FGTS é realizado exclusivamente por meio de carnê de pagamentos.
- (E) O FGTS Digital é um novo imposto destinado à regularização de contratos de trabalho informais, e deve ser pago mensalmente pelo trabalhador, não pela empresa.

Questão 23

Em março de 2025, a empresa Ômega S/A, fabricante de componentes automotivos, enfrentou uma reestruturação em sua planta industrial. Diante disso, decidiu encerrar o contrato de 150 empregados que atuavam na linha de montagem, todos com contratos por prazo indeterminado iniciados em anos anteriores. A decisão foi tomada unilateralmente pela diretoria, que justificou a medida como parte de uma estratégia econômica, sem previamente consultar o sindicato da categoria. Em outro caso, no mesmo mês, o empregado Carlos, supervisor de logística da mesma empresa, propôs à Ômega S/A o encerramento consensual de seu contrato, em vigor desde 2020, com salário de R\$ 4.000,00 mensais. A empresa aceitou a proposta, formalizando o acordo. Considerando as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alteradas pela Lei nº 13.467/2017, e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 638 sobre a dispensa em massa, analise as situações descritas e assinale a alternativa correta.

- (A) A dispensa dos 150 empregados pode ser validada sem qualquer intervenção sindical, conforme o artigo 477-A da CLT; o acordo com Carlos inclui o pagamento de 50% do aviso prévio indenizado e acesso ao seguro-desemprego mediante comprovação de desemprego.
- (B) A dispensa dos 150 empregados não requer negociação sindical prévia, mas deve ser comunicada ao sindicato após a efetivação; o acordo com Carlos permite o saque de 50% do FGTS e exclui a multa de 40% sobre o fundo.
- (C) A dispensa dos 150 empregados será nula se não houver negociação coletiva prévia com o sindicato, obrigando a empresa a reintegrá-los; o acordo com Carlos assegura o saque integral do FGTS e o pagamento de metade da multa de 40% sobre o fundo.
- (D) A dispensa dos 150 empregados exige a participação prévia do sindicato da categoria na discussão do processo, mas não depende de autorização sindical ou da celebração de convenção ou acordo coletivo; já o acordo com Carlos permite o saque de 80% do FGTS, sem direito ao seguro-desemprego.
- (E) A dispensa dos 150 empregados exige autorização prévia do sindicato para ser válida, conforme o STF; o acordo com Carlos garante o saque integral do FGTS e o pagamento integral das verbas rescisórias.

Questão 24

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) continua sendo um marco fundamental na proteção dos direitos trabalhistas no Brasil, garantindo equilíbrio entre empregadores e empregados. Sobre a proteção ao trabalhador e segurança no trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregador não é obrigado a realizar exames médicos periódicos em seus empregados se a atividade não for considerada de risco imediato.
- (B) A CLT, nos artigos 154 a 201, obriga os empregadores a garantir condições adequadas de segurança e saúde, incluindo programas de prevenção de acidentes, fornecimento de EPIs e o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- (C) A CLT isenta o empregador de responsabilidade por acidentes de trabalho quando o empregado estiver usando EPIs fornecidos pela empresa, mesmo que o acidente seja relacionado ao uso incorreto do equipamento.
- (D) A CLT não obriga o empregador a oferecer treinamento sobre segurança e saúde, sendo o trabalhador o responsável por se preparar para os riscos da profissão.
- (E) A CLT permite que o empregador decida livremente se irá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos seus empregados, independentemente dos riscos da atividade.

Questão 25

Como gestor de Recursos Humanos, é fundamental conhecer as legislações que regulamentam a contratação de estagiários para garantir conformidade legal e boas práticas na formação profissional. A Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, estabelece diretrizes sobre a realização de estágios no Brasil, definindo direitos e deveres tanto para estudantes quanto para empresas concedentes. Considerando o que dispõe essa legislação, analise as afirmações abaixo:

I.A Lei nº 11.788/2008 estabelece que o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, sendo o primeiro uma exigência curricular do curso.

II.O estagiário tem vínculo empregatício com a empresa onde realiza o estágio, devendo receber todos os direitos trabalhistas, como férias remuneradas e 13º salário.

III.A empresa concedente do estágio deve oferecer um seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, cobrindo possíveis danos durante o período de estágio.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Apenas o item I está correto.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

Questão 26

A Lei nº 11.788/2008 estabelece normas para a realização do estágio, definindo direitos e deveres do estagiário, da parte concedente e da instituição de ensino, visando à formação acadêmico-profissional do estudante. Nesse contexto, analise os itens a seguir.

I.A empresa concedente do estágio deve oferecer um seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, cobrindo possíveis danos durante o período de estágio.

II.A concessão de estágio deve estar formalizada por meio de um termo de compromisso assinado pelo estagiário, pela parte concedente e pela instituição de ensino.

III.A duração do estágio na mesma empresa pode ser ilimitada, desde que haja interesse entre ambas as partes.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 27

Cauly trabalha em uma secretaria governamental como analista de RH. Ele cumpre uma jornada diária de 8 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais. Recentemente, a empresa passou por um aumento na demanda de serviços, e o gerente solicitou que Cauly trabalhasse duas horas extras por dia durante uma semana, somando um total de 50 horas trabalhadas na semana.

Após realizar as horas extras, Cauly ficou em dúvida sobre como seria o pagamento desse adicional e decidiu verificar seus direitos conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- (A) A jornada de trabalho no Brasil é limitada a 40 horas semanais e 6 horas diárias, não sendo permitidas horas extras.
- (B) A jornada de trabalho de Cauly ultrapassou o limite semanal permitido pela CLT, e as horas extras devem ser pagas com um acréscimo mínimo de 50% sobre a hora normal.
- (C) A empresa poderia exigir que Cauly trabalhasse até 12 horas por dia sem compensação ou pagamento adicional.
- (D) Cauly não tem direito a nenhum acréscimo, pois a jornada de 50 horas semanais é permitida pela CLT sem pagamento extra.
- (E) As horas extras realizadas por Cauly podem ser pagas como horas normais, sem qualquer acréscimo.

Questão 28

Dona Elita teve uma proposta de trabalho em outra cidade e requisitou informações sobre extinção do contrato de trabalho e possibilidades para tomar a decisão em permanecer na atividade atual ou mudar de ramo de trabalho. Analise as afirmações abaixo sobre extinção de contrato de trabalho:

I.O aviso prévio pode ser trabalhado ou indenizado, dependendo da decisão do empregador em caso de demissão sem justa causa.

II.O trabalhador demitido por justa causa tem direito a todas as verbas rescisórias, incluindo saque do FGTS e seguro-desemprego.

III.A rescisão indireta é um direito do empregado quando o empregador descumpra suas obrigações, como atrasar salários ou não fornecer condições adequadas de trabalho.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Apenas o item I está correto.

Questão 29

Sophia é contadora em um órgão público e precisa contabilizar a folha de pagamento, incluindo o 13º salário e as férias dos servidores, seguindo as diretrizes do MCASP. Ela enfrenta dúvidas sobre o momento correto de apropriação dessas despesas. Considerando essa situação, analise as afirmações entre Verdadeiro (V) ou Falso (F):

(__) A contabilização da folha de pagamento no setor público deve ser feita por meio da apropriação de despesas no momento em que o pagamento é realizado, e não quando o direito do servidor é gerado.

(__) O 13º salário e as férias são considerados despesas do exercício em que são devidos, independentemente de quando o pagamento for efetuado.

(__) A apropriação das despesas com a folha de pagamento deve ser feita de forma segregada entre as diferentes naturezas de despesas, como vencimentos, encargos sociais e benefícios.

(__) No caso do 13º salário, a apropriação da despesa é realizada somente no momento do pagamento ao servidor.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, F, F.
- (D) F, V, V, F.
- (E) F, F, V, V.

Questão 30

André é dono de uma pequena empresa e está fechando a folha de pagamento de seus funcionários. Ao calcular os encargos trabalhistas, ele se depara com a contribuição previdenciária patronal, um encargo obrigatório que incide sobre a folha de pagamento. Para garantir o correto recolhimento dos tributos, ele precisa entender como funciona a cota patronal da contribuição previdenciária e como esse valor é calculado. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta sobre a contribuição previdenciária patronal.

- (A) A contribuição previdenciária patronal é opcional para microempresas enquadradas no Simples Nacional, desde que o faturamento anual seja inferior a R\$ 4,8 milhões.
- (B) A alíquota padrão da cota patronal é de 20% sobre o total das remunerações pagas aos empregados, incluindo salários, horas extras, férias e adicionais.
- (C) O valor arrecadado com a contribuição patronal é destinado exclusivamente ao pagamento de pensões e aposentadorias, sem qualquer destinação para outros benefícios previdenciários.
- (D) A contribuição previdenciária patronal incide apenas sobre o salário base do empregado, excluindo horas extras, adicionais e gratificações.
- (E) A cota patronal corresponde a 11% do salário bruto do empregado e é destinada exclusivamente ao financiamento do seguro-desemprego.

Questão 31

Um analista de recursos humanos recebeu 50 currículos e precisa selecionar um grupo de 10 candidatos para a próxima etapa de um processo seletivo que tem o objetivo de preencher três vagas na empresa em que trabalha. Para ser selecionado, o candidato deve atender a três requisitos, simultaneamente: experiência mínima de 2 anos na área, conhecimento avançado em excel e inglês intermediário.

Após uma triagem inicial, ficou constatado que:

- 20 candidatos atendem ao critério de experiência.
- 15 candidatos atendem ao critério de excel avançado.
- 18 candidatos possuem inglês intermediário.
- 5 candidatos atendem aos três critérios.
- 3 candidatos atendem aos critérios de experiência e de Excel avançado simultaneamente e a mais nenhum outro.
- 2 candidatos atendem aos critérios de experiência e de inglês intermediário simultaneamente e a mais nenhum outro.
- 1 candidato atende apenas aos critérios de excel avançado e de inglês intermediário simultaneamente e a mais nenhum outro.

Com base nesses dados, quantos candidatos atendem a apenas um dos critérios estabelecidos?

- (A) 26 candidatos.
- (B) 13 candidatos.
- (C) 9 candidatos.
- (D) 32 candidatos.
- (E) 15 candidatos.

Questão 32

Ana, operadora de produção da empresa Gamma S/A, foi contratada em 1º de janeiro de 2024 e teve seu contrato encerrado em 31 de março de 2025, por iniciativa exclusiva da empresa. Seu salário mensal era de R\$3.000,00, e ela trabalhou todos os dias de março até a data do término do vínculo. Durante todo o ano de 2024, Ana permaneceu no emprego sem registros de afastamentos, interrupções contratuais ou gozo de férias. A empresa optou por indenizar o aviso prévio e determinou que o saldo de salário proporcional fosse calculado dividindo o salário base pelo número de dias de março (31 dias) e multiplicando pelos dias trabalhados. O FGTS foi depositado regularmente ao longo do contrato, e Ana não possuía adicionais salariais ou dependentes. Considerando que o ano de 2025 não é bissexto, analise as verbas rescisórias devidas a Ana e assinale a alternativa correta.

- (A) O total das verbas será composto por R\$3.096,77 de saldo de salário, R\$3.000,00 de férias mais o terço, R\$600,00 de 13º proporcional, R\$3.100,00 de aviso prévio indenizado e R\$1.440,00 de multa sobre o FGTS.
- (B) Ana receberá R\$3.000,00 de saldo de salário, R\$4.000,00 de férias com o terço, R\$750,00 de 13º proporcional, R\$3.000,00 de aviso prévio indenizado e R\$1.400,00 de multa de 40% do FGTS.
- (C) As verbas incluem R\$3.000,00 de saldo de salário, R\$3.900,00 de férias acrescidas do terço, R\$900,00 de 13º proporcional, R\$3.300,00 de aviso prévio indenizado e R\$1.200,00 de multa de 40% do FGTS.
- (D) Ana terá direito a R\$3.100,00 de saldo de salário, R\$4.000,00 de férias com o terço, R\$750,00 de 13º salário proporcional, R\$3.000,00 de aviso prévio indenizado e R\$1.600,00 de multa do FGTS.
- (E) Ana receberá R\$3.096,77 de saldo de salário, R\$4.000,00 de férias com o terço constitucional, R\$750,00 de 13º salário proporcional, R\$3.000,00 de aviso prévio indenizado e R\$1.440,00 de multa sobre o FGTS.

Questão 33

Lucas, gestor de uma equipe diversificada, precisa organizar a jornada de trabalho e o controle de frequência de seus funcionários, garantindo o cumprimento da legislação trabalhista. Ele busca entender as melhores práticas para gerenciar horários e evitar problemas com horas extras. Analise as afirmações abaixo sobre jornada de trabalho e controle de frequência de servidores estatutários:

I. Servidores estatutários podem optar por não registrar frequência caso estejam exercendo atividades administrativas, pois a fiscalização da jornada é facultativa.

II. O controle de frequência dos servidores estatutários pode ser realizado por ponto eletrônico, folha de ponto manual ou sistemas internos de monitoramento, conforme definido pelo estatuto do órgão público.

III. A jornada dos servidores estatutários segue rigorosamente o modelo da CLT, com limite de 44 horas semanais e pagamento de horas extras obrigatório.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.
- (E) Apenas o item I está correto.

Questão 34

Alex é responsável pelo departamento de pessoal de uma empresa e precisa calcular corretamente o desconto de pensão alimentícia na folha de pagamento de um funcionário, conforme decisão judicial. O funcionário recebe salário fixo, além de benefícios variáveis, o que gera dúvidas sobre quais verbas devem ser consideradas na base de cálculo. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- (A) O desconto da pensão alimentícia incide sobre o salário bruto, incluindo adicionais, horas extras e comissões.
- (B) A empresa pode optar por descontar a pensão alimentícia somente sobre o 13º salário, caso o percentual estabelecido seja superior a 30% do valor total.
- (C) A pensão alimentícia deve ser calculada apenas sobre o salário base, excluindo qualquer outro benefício ou adicional.
- (D) Benefícios como vale-transporte e vale-refeição devem compor a base de cálculo da pensão alimentícia, pois aumentam o valor recebido pelo empregado.
- (E) O cálculo da pensão alimentícia é feito apenas sobre o salário líquido, após todos os descontos legais, como INSS e IRRF.

Questão 35

A contabilização da folha de pagamento no setor público deve seguir o princípio da competência, registrando as despesas no momento em que os direitos são adquiridos pelos servidores, conforme orientações do MCASP.

Analise as afirmativas abaixo sobre a contabilização da folha de pagamento e a apropriação de 13º salário e férias, de acordo com o MCASP:

I. A contabilização das férias deve ser feita no momento do pagamento, independentemente do momento em que o direito é concedido ao servidor.

II. O MCASP orienta que os encargos sociais, como INSS e FGTS, sejam contabilizados de forma separada.

III. O pagamento de férias deve ser registrado como despesa no momento em que o servidor opta por usufruir do benefício, independentemente da data efetiva do pagamento.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item II está correto.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

Questão 36

Uma prestadora de serviços está se preparando para o cumprimento das suas obrigações fiscais e tributárias. A empresa recebeu uma notificação da Receita Federal, informando que deve entregar a DCTFWeb para declarar os tributos devidos, incluindo as contribuições previdenciárias e as devidas ao eSocial. A empresa precisa entender melhor a DCTFWeb para garantir que a empresa cumpra suas obrigações corretamente e dentro do prazo estipulado. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta sobre a DCTFWeb.

- (A) A DCTFWeb é uma obrigação acessória que substitui a entrega da DIRF e da GFIP, sendo um único meio para declarar os impostos federais retidos na fonte e contribuições previdenciárias.
- (B) A DCTFWeb é uma obrigação acessória que deve ser entregue apenas para declarar os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e não inclui tributos relacionados à seguridade social.
- (C) A DCTFWeb deve ser entregue mensalmente, informando todos os tributos federais devidos, como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e contribuições previdenciárias, com base nas informações do eSocial.
- (D) A DCTFWeb é obrigatória apenas para empresas que possuem empregados registrados, não sendo necessária para empresas que optam pelo regime de tributação do Simples Nacional.
- (E) A DCTFWeb é uma obrigação acessória que deve ser enviada exclusivamente por empresas de grande porte, e não é aplicável a empresas do Simples Nacional.

Questão 37

Júlia é responsável pela folha de pagamento de uma empresa e precisa calcular corretamente os descontos referentes a faltas e atrasos de um colaborador. O funcionário tem jornada de 8 horas diárias e salário fixo mensal. Em um determinado mês, ele teve três dias de falta sem justificativa e chegou atrasado em outros dois dias. Júlia está em dúvida sobre como realizar esses descontos de acordo com a legislação trabalhista.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) As faltas injustificadas devem ser descontadas apenas do salário base, sem impacto no cálculo do DSR (Descanso Semanal Remunerado).
- (B) Os atrasos devem ser somados no mês e descontados proporcionalmente ao valor da hora trabalhada, impactando também o cálculo do DSR.
- (C) Para calcular o desconto de faltas, deve-se dividir o salário mensal pelo número de dias úteis do mês e multiplicar pelo número de faltas.
- (D) Faltas e atrasos não afetam o cálculo do 13º salário, desde que o funcionário tenha trabalhado pelo menos 15 dias no mês.
- (E) Atrasos de até 30 minutos diários não podem ser descontados, pois são considerados toleráveis pela legislação trabalhista.

Questão 38

Ricardo está revisando os processos de pagamento de sua empresa. Ele precisa garantir que a folha de pagamento esteja em conformidade com as exigências legais e discrimine corretamente todas as informações necessárias.

Analise as afirmações abaixo sobre elaboração da folha de pagamento.

I.O salário bruto deve sempre ser discriminado na folha de pagamento, mas não é obrigatório incluir o detalhamento de descontos, como INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

II.A folha de pagamento deve incluir a informação sobre o total de horas extras realizadas pelos funcionários, quando aplicável, e o valor a ser pago por essas horas.

III.O demonstrativo de pagamento é um documento acessório e pode ser substituído por um recibo de pagamento, desde que o valor total pago seja indicado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 39

A empresa de Luan, que atua no ramo de comércio, está se preparando para o fechamento do ano fiscal. Como parte de suas obrigações acessórias, ele precisa enviar a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), que contém informações detalhadas sobre os rendimentos pagos aos seus funcionários e terceiros. Luan precisa entender como preencher corretamente a DIRF e quais dados devem ser informados, a fim de evitar erros e problemas com a Receita Federal. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta sobre a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF).

- (A) A DIRF é obrigatória para todas as pessoas jurídicas que pagam ou credenciam rendimentos sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), e deve incluir informações sobre salários, pró-labores, e rendimentos pagos a pessoas físicas e jurídicas.
- (B) A DIRF deve ser apresentada exclusivamente pelas empresas que realizam o pagamento de salários, não sendo obrigatória para aquelas que pagam apenas a terceiros ou prestadores de serviços.
- (C) A DIRF é um documento exclusivamente utilizado para informar a Receita Federal sobre os rendimentos de seus empregados, não se aplicando aos rendimentos pagos a pessoas jurídicas ou de outras naturezas.
- (D) A DIRF deve ser enviada anualmente à Receita Federal, informando os valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pagos, mas não inclui informações sobre rendimentos isentos ou não tributáveis.
- (E) A DIRF pode ser entregue por qualquer meio, inclusive em papel, desde que seja feita dentro do prazo estabelecido pela Receita Federal.

Questão 40

De acordo das disposições contidas nos artigos 56 e 57 do Estatuto da Unicamp, que versam sobre o adicional por tempo de serviço e a sexta-parte, assinale a alternativa correta quanto aos direitos dos servidores vinculados ao tempo de efetivo exercício na Instituição.

- (A) O servidor público terá direito à sexta-parte de seus vencimentos a cada cinco anos de efetivo exercício, desde que não haja interrupção no vínculo funcional.
- (B) O adicional por tempo de serviço será concedido exclusivamente aos servidores que comprovarem cinco anos ininterruptos de exercício na mesma função.
- (C) A sexta-parte é devida ao servidor que atingir vinte anos de efetivo exercício.
- (D) Somente servidores com trinta anos de exercício contínuo farão jus à sexta-parte, desde que tenham recebido todos os adicionais anteriores de forma cumulativa.
- (E) O adicional por tempo de serviço será devido ao servidor após cada decênio de exercício contínuo, sendo sua concessão condicionada à existência de regulamentação específica.

Questão 41

Em junho de 2025, a Construtora Delta Ltda., diante de um cenário de redução de obras em andamento, precisou reavaliar sua força de trabalho, aplicando as normas do aviso prévio em rescisões que envolveram desde pedidos de demissão até dispensas estratégicas. Sobre o aviso prévio, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___)O empregado com 10 anos de serviço contínuo na mesma empresa, dispensado sem justa causa, tem direito a 60 dias de aviso prévio, que podem ser cumpridos na forma trabalhada ou indenizada, a critério do empregador.

(___)No pedido de demissão, o empregado que não cumpre o aviso prévio proporcional ao seu tempo de serviço pode ter o valor correspondente descontado de suas verbas rescisórias, limitado a 50% do saldo de salário.

(___)Quando o aviso prévio é trabalhado, o empregado pode optar por reduzir a jornada em 2 horas diárias sem necessidade de autorização do empregador, mantendo o salário integral durante o período.

(___)Para o empregado remunerado por hora, o cálculo do aviso prévio indenizado considera o valor da hora multiplicado por 8 horas diárias e pelo número de dias do aviso, independentemente da média de horas efetivamente trabalhadas.

(___)A comunicação do aviso prévio por escrito é obrigatória em todas as hipóteses de rescisão, sob pena de nulidade do ato, garantindo ao empregado o direito de contestar a forma da dispensa.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F, F.
- (B) V, V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F, V.
- (D) V, F, V, V, F.
- (E) F, F, F, F, F.

Questão 42

Carla, responsável pelo departamento de pessoal de uma empresa, está implementando um novo sistema de processamento da folha de pagamento. A empresa possui colaboradores contratados sob o regime CLT e estatutários, cada grupo com suas particularidades em relação a benefícios e descontos. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa que apresenta corretamente os principais componentes e termos técnicos de uma folha de pagamento.

- (A) O salário bruto é o montante que o empregado recebe antes de qualquer tipo de desconto, incluindo valores relacionados a férias e 13º salário.
- (B) O FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) não é descontado diretamente do salário do trabalhador, sendo uma contribuição do empregador depositada em conta vinculada, a qual pode ser resgatada em casos de demissão sem justa causa.
- (C) O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é um desconto obrigatório aplicado sobre o salário bruto do trabalhador, destinado ao financiamento de aposentadorias e pensões.
- (D) O vale-transporte é um benefício oferecido ao empregado, mas não sofre descontos no salário, pois é uma obrigação do empregador fornecer transporte para o deslocamento do trabalhador.
- (E) O salário líquido é o valor efetivamente pago ao trabalhador, após a dedução de impostos como o IRRF e INSS, além de outros descontos previamente acordados.

Questão 43

Considerando as complexas especificidades normativas que regem a atividade dos servidores públicos estatutários, torna-se imprescindível analisar, com rigor técnico, os dispositivos legais que disciplinam a jornada de trabalho e o controle de frequência desses profissionais. À luz das interpretações doutrinárias e jurisprudenciais acerca da aplicação dos estatutos, e considerando a necessidade de conciliar a eficiência administrativa com os direitos fundamentais dos servidores, qual das alternativas abaixo apresenta corretamente as diretrizes para o gerenciamento da jornada e o controle de frequência dos servidores estatutários? Assinale a alternativa correta.

- (A) Servidores estatutários não possuem jornada de trabalho fixa e podem definir seus próprios horários sem necessidade de controle por parte do órgão público.
- (B) Todos os servidores estatutários cumprem a mesma jornada de 44 horas semanais, independentemente do cargo ou função exercida.
- (C) O controle de frequência dos servidores estatutários é opcional e realizado apenas em casos excepcionais, como faltas excessivas ou suspeitas de descumprimento da jornada.
- (D) Servidores públicos não fazem jus a horas extras ou compensação de jornada, pois sua remuneração é fixa e imutável.
- (E) A jornada varia conforme o órgão e a legislação específica, geralmente entre 30 e 40 horas semanais.

Questão 44

Ana, uma funcionária estatutária, e Júlio, um empregado celetista, planejam viajar juntos durante as férias do final do ano. Considerando as distintas regulamentações aplicáveis aos regimes de trabalho público e privado, analise as afirmativas abaixo acerca do direito a férias e da forma de remuneração:

I.No regime celetista, o empregado tem direito a 30 dias de férias anuais, com o pagamento de um adicional de 1/3 sobre a remuneração normal.

II.No serviço público estatutário, a concessão de férias é definida por estatutos específicos, os quais podem estabelecer variações quanto à duração do período de descanso e à forma de remuneração.

III.Independentemente do regime, o direito a um período de férias remuneradas é garantido, embora os critérios de concessão e os benefícios aplicáveis possam diferir conforme a legislação pertinente a cada categoria.

É correto o que se afirma em:

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 45

Floriano, um colaborador com ampla experiência na empresa, questionou o gestor de RH sobre os descontos obrigatórios aplicados na folha de pagamento dos empregados, conforme determina a legislação trabalhista brasileira. Segundo a norma vigente, qual dos itens abaixo deve ser descontado obrigatoriamente?

- (A) Despesas pessoais, como adiantamentos e empréstimos consignados.
- (B) INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).
- (C) Vale-transporte, independentemente do uso pelo empregado.
- (D) Contribuição sindical obrigatória para todos os trabalhadores.
- (E) Contribuição para associações sindicais, mesmo sem filiação.

Questão 46

Um analista de recursos humanos precisa calcular o salário médio dos colaboradores de um determinado setor da empresa onde trabalha, para avaliar se a política salarial está alinhada com o mercado. De acordo com as informações disponíveis, esse setor tem cinco funcionários, cujos salários são: R\$3.200,00; R\$4.500,00; R\$3.800,00; R\$4.100,00; R\$4.900,00. Se a média salarial do mercado para esse setor é de R\$4.264,00, o percentual de aumento dado para os funcionários deste, a fim de que essa média seja alcançada deve ser de:

- (A) 2%.
- (B) 4%.
- (C) 3%.
- (D) 1,5%.
- (E) 7%.

Questão 47

Jordana trabalha como assistente administrativa em uma empresa de médio porte há três anos. Recentemente, a empresa passou por uma reestruturação e, devido à redução de custos, decidiu encerrar o contrato de trabalho de Jordana. Ela foi informada sobre a demissão e agora precisa entender quais são os seus direitos rescisórios, como pagamento de verbas trabalhistas, incluindo salário, férias proporcionais, 13º salário, FGTS, entre outros, de acordo com a legislação vigente.

Nesse cenário, Jordana procura orientação para compreender o que tem direito a receber no momento da rescisão do contrato de trabalho. Considerando a situação, qual alternativa está correta sobre os direitos rescisórios dela?

- (A) No caso de demissão sem justa causa, o trabalhador não tem direito a aviso prévio, mas recebe o saldo de salário, férias proporcionais, 13º salário proporcional e saque do FGTS com multa de 40%.
- (B) Dependendo do tipo de desligamento, o trabalhador pode ter direito a saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário integral, saque do FGTS e multa de 40% sobre o FGTS.
- (C) Dependendo do tipo de desligamento, o trabalhador pode ter direito a saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional, saque do FGTS e multa de 40% sobre o FGTS.
- (D) Em qualquer tipo de desligamento, o trabalhador sempre tem direito a saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional, saque do FGTS e multa de 40% sobre o FGTS.
- (E) Se o trabalhador pedir demissão, ele sempre tem direito ao saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional, saque do FGTS e multa de 40% sobre o FGTS.

Questão 48

Ana Beatriz, gestora de uma organização chamada Carvalho Track, ela está revisando os procedimentos de elaboração da folha de pagamento em sua empresa, buscando garantir precisão nos cálculos e no cumprimento das obrigações trabalhistas. Ana Beatriz precisa avaliar as melhores práticas para organizar e apresentar as informações de forma clara e adequada. Analise as afirmações abaixo sobre elaboração da folha de pagamento:

I.A informação sobre o FGTS deve ser registrada na folha de pagamento, mas o valor não precisa ser discriminado, pois o depósito é realizado diretamente pela empresa.

II.O 13º salário é uma obrigação que deve ser calculada e discriminada mensalmente na folha de pagamento, proporcional ao tempo trabalhado no ano.

III.Desconto do vale-transporte, quando fornecido pelo empregador, deve ser discriminado na folha de pagamento e não pode ultrapassar 6% do salário do trabalhador.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item III está correto.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 49

O eSocial tem como principal objetivo simplificar e centralizar o envio de dados trabalhistas, previdenciários e fiscais das empresas, reduzindo a burocracia e aumentando a transparência e fiscalização. Analise as afirmativas abaixo sobre o eSocial:

I.O eSocial permite a escrituração digital de todas as contribuições previdenciárias, incluindo as do INSS e o FGTS, e unifica a transmissão dessas informações para a Receita Federal, Ministério do Trabalho e Previdência e Caixa Econômica Federal.

II.No eSocial, as contribuições previdenciárias devem ser informadas apenas uma vez, no momento da geração da folha de pagamento, sem a necessidade de envio adicional ou retificação.

III.O eSocial exige a informação dos dados do trabalhador, como salários, vínculos empregatícios e períodos de afastamento, para garantir o correto cálculo e recolhimento das contribuições previdenciárias.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

Questão 50

Considere as situações a seguir de funcionários de uma mesma empresa.

I. Caio trabalha há três anos em uma empresa como analista de suporte. Recentemente, ele começou a enfrentar dificuldades no ambiente de trabalho devido à atitude do seu superior, como o não pagamento de horas extras e a imposição de tarefas que não estão em seu contrato. Sentindo-se prejudicado, Caio começou a considerar suas opções para encerrar o vínculo empregatício.

II. Eduardo foi demitido sem justa causa.

III. João optou por pedir demissão para conseguir novas oportunidades profissionais.

IV. Adriano entrou em um acordo com a empresa para encerrar seu contrato.

Com base nas situações apresentadas, analise entre Verdadeiro (V) ou Falso (F) os itens que correspondem à modalidade de extinção do contrato de trabalho conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Rescisão indireta.

Demissão sem justa causa.

Pedido de demissão.

Acordo entre as partes.

(A) V, V, V, V.

(B) F, F, F, F.

(C) V, V, F, F.

(D) F, F, V, V.

(E) V, F, V, F.